

Identidade de Gênero: discursos passionais e de re(descobertas)

Alexandre Marcelo **BUENO***
Felipe Santos da **SILVA****

* Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca (UNIFRAN).
Contato: alexandre.bueno@unifran.edu.br/alexandrembueno@gmail.com.

** Graduando em Psicologia pela UNIFRAN. Bolsista FAPESP – Iniciação Científica (Processo: 2018/10915-0).
Contato: felipe.stos.sva@gmail.com.

Resumo:

O tema identidade de gênero tem sido pauta de diversos debates sociais e políticos em que, de um lado, se apresenta sujeitos que procuram combater e excluir padrões que fogem ao previsto no estatuto heteronormativo. De outro, aqueles em busca de visibilidade e reconhecimento de direitos, constituído como um grupo que viveu historicamente segregado e que agora pode presentificar sua existência nas ruas por meio da ascensão de movimentos identitários que a comunidade LGBTQITQI+ performatiza. Dessa forma, o presente trabalho refere-se ao recorte de uma pesquisa realizada em uma universidade do interior paulista, cujo *corpus* consiste em depoimentos consentidos de acadêmicos que discorrem sobre os temas: identidade, alteridade, gênero, preconceito e discriminação. Por se tratar de um tema multifacetado, onde emerge, em seus diversos desdobramentos, os fenômenos da intolerância, ódio e medo, além de discussões que envolvem questões políticas, religiosas e ideológicas, o presente trabalho recorre à semiótica discursiva de linha francesa, de Algirdas Julien Greimas e colaboradores, para fundamentar a análise da significação produzida por uma das depoentes da pesquisa mencionada. Desse modo, observou-se, em seu discurso, entre outros efeitos, a transformação identitária a partir do enfrentamento subjetivo de algumas paixões malevolentes, como o ódio e a intolerância.

Palavras-chave:

Semiótica discursiva. Intolerância. Identidade de gênero.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 22, n. 1, p. 27-45, abr. 2019

Recebido em: 21/03/2019

Aceito em: 25/04/2019

Identidade de Gênero: discursos passionais e de re(descobertas)¹

Alexandre Marcelo Bueno; Felipe Santos da Silva

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem demonstrado, por meio de suas marcas sociais, o predomínio de práticas e padrões que traduzem modos de ser, existir e conceber o outro. Com a ênfase reducionista, imposta por uma homogeneidade de valores e constructos ideológicos que categorizam, segregam e excluem, aquele que não se conforma com esse padrão pode ser causador de incômodo, espanto e repulsa permanente e continuar à deriva, sob o anonimato, sem que haja qualquer amparo que o acolha e conceba-o enquanto detentor de uma identidade independente.

De maneira concreta, é possível explicitar que se trata de um sujeito composto de uma pluralidade que é também comum a todos: quem afeta e por ele são afetados ao longo de sua existência. Os estudos linguísticos contemporâneos, mais especificamente os ligados à teoria semiótica discursiva, desvelam como os efeitos de sentido, sob a perspectiva da diversidade da modalidade textual ou discursiva, são projetados nos temas e figuras que ancoram, em específico neste trabalho, os fenômenos da identidade, alteridade, preconceito e intolerância, assim como tais sentidos se constituem.

Os estudos sobre identidade de gênero têm sido um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas que elucidam, por meio da análise de diferentes *corpora*, a possibilidade de retratar temas que suscitem tantos debates, questionamentos e divergências de pensamentos, ideias e posturas adotadas.

O presente estudo se desenvolve com a finalidade de deflagrar novos conhecimentos, partindo de relatos dos próprios sujeitos que são afetados pela diversidade de fenômenos que emergem no campo social, tais como o preconceito, o estigma, a discriminação, a estereotípiã, a intolerância. A presente pesquisa também visa a discutir os diversos tipos de violência que a comunidade LGBTQI+ enfrenta, pelo simples fato de coexistir em sociedade e ser enxergada, muitas vezes, como ameaça para a população heteronormativa.

Como percurso metodológico e analítico, será utilizado o percurso gerativo do sentido, que compreende e concebe a significação desde o nível mais profundo, denominado

¹ A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 88935518.2.0000.5495. Parecer consubstanciado número: 2.694.331. Essa pesquisa foi realizada por intermédio do fomento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), constado no Processo: 2018/10915-0.

nível fundamental, perpassando para o que se apresenta no nível narrativo e seus desdobramentos da ordem do sensível e do inteligível e, por fim, o nível discursivo, conhecido como o mais complexo, no qual o discurso se apresenta elaborado em consonância ao que se conhece como mundo natural ou, ainda, o mundo do senso comum.

Apesar de a semiótica fundamentar o desenvolvimento do presente artigo, optou-se por manter diálogo com reflexões já empreendidas por outros teóricos em relação ao campo de pesquisa no qual este trabalho se insere. Assim, busca-se subsídios necessários para tratar o conceito de gênero, com base no referencial teórico de Butler (2017), Beauvoir (2016), entre outros autores para inserir o trabalho nas discussões acerca da identidade de gênero na contemporaneidade.

Diante do que se apresenta em relação às alteridades existentes no campo social, é possível destacar a manifestação de diversos movimentos e atitudes que recebem o outro de maneiras distintas, em que, na maioria das vezes, ocorre o predomínio da recusa pela aceitação desse outro que emprega, por não corresponder às expectativas que se sustentam por normas, preceitos e valores ideológicos que visam às padronizações que o poderio (econômico, social, cultural) estabelece em uma sociedade como o correto a ser seguido.

Tendo como base os apontamentos citados acima sobre o tema identidade de gênero e os fenômenos que surgem a partir desse assunto, faz-se necessário destacar que o presente trabalho parte de uma pesquisa, em princípio bibliográfica, que visa a investigar diversas facetas existentes sobre esse campo teórico, relacioná-lo e significá-lo com o que a teoria semiótica aponta em seu percurso analítico e investigativo.

A presente análise é um recorte do *corpus* da pesquisa. Ele se refere aos depoimentos colhidos em uma universidade local, situada no interior paulista, onde acadêmicos narram suas vivências e experiências que contemplam o tema identidade de gênero, preconceitos, conflitos e resistências por eles vividos e enfrentados, que emergem em suas histórias de vida, em âmbito pessoal, social e acadêmico.

Em relação à descrição das falas, vivências e significações que a depoente expôs durante a gravação da entrevista, com finalidade de manter o sigilo sobre a sua identidade, optou-se por utilizar um nome fictício na elaboração da análise propriamente dita. Esta foi identificada como Alice,² sua idade real será divulgada a fim de preservar aspectos sócio-históricos e para a análise, pois se entende que esses dados são relevantes para a compreensão da totalidade do sujeito e de suas elaborações ao longo de sua existência.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, é apresentado um panorama da teoria semiótica, a partir da qual serão apresentados os fundamentos da teoria, a partir do percurso gerativo do sentido e dos regimes de interação. Em seguida, parte-se para a análise, com foco na dimensão passional do discurso, ou seja, do exame da

² Para manter o sigilo de identidade, foi utilizado o nome fictício Alice. O depoimento foi realizado em outubro de 2018.

formulação das paixões do medo e da intolerância apresentadas no discurso da depoente. Por fim, discute-se a formulação de um discurso da (re)descoberta, que consiste em observar como a identidade da depoente, em sua narrativa, é transformada a partir do momento em que há uma recusa aos valores sociais impostos pelos pais e como toda a configuração subjetiva muda para que ela possa se adequar aos padrões de um outro conjunto de valores.

CAMINHOS DA SEMIÓTICA: PERCURSOS METODOLÓGICOS

O objeto da semiótica é significação. Por se tratar de um campo vasto, que tem enfoque nas ciências humanas, ela pode atuar por meio da correlação com a psicologia, a antropologia, a filosofia, campos teóricos que já têm se debruçado na investigação dos sentidos, origens e funcionamentos dos mais diversos fenômenos que emergem do campo social. No entanto, a semiótica busca, além das significações presentes nas relações dialógicas, *o parecer do sentido* que

subjaz à sua abordagem relativista de um sentido, se não sempre incompleto, pelo menos sempre pendente nas tramas do discurso. Ela define o estatuto das formas significantes como um espaço intersticial entre o sensível e o inteligível, entre a ilusão e a crença partilhada, a relação reciprocamente fundadora entre sujeito sensível e objeto percebido, destacando-se no horizonte da sensação (BETRAND, 2003, p. 21).

O campo teórico utilizado também como instrumental metodológico para analisar as falas, que serão apresentadas posteriormente, busca compreender, a princípio, o que o texto apresenta, quais são os recursos nele utilizados para simbolizar e, por fim, significar aquilo que o constitui. Esse movimento permite que o leitor mergulhe na experiência do sujeito analisado por meio do que o seu discurso apresenta e os caminhos que a semiótica percorre para fazê-lo (se) entender.

Assim, nesse primeiro momento da pesquisa, as falas foram analisadas seguindo *o percurso gerativo do sentido*, contemplando as significações que emergem nos níveis fundamental, narrativo e discursivo. Antes de nos debruçarmos sobre as análises propriamente ditas, será feito um breve resgate dos princípios básicos nos quais se fundamentam os níveis descritos do *percurso gerativo do sentido* para que seja possível oferecer condições de apreensão e produção do sentido, relacionadas às acepções concebidas por meio dos depoimentos analisados. Barros (2001) nos explica sucintamente as três etapas do percurso:

O nível semiótico comporta três etapas julgadas necessárias para a clareza da explicação do percurso: a das *estruturas fundamentais*, instância mais profunda, em que são determinadas as estruturas elementares do discurso, a das *estruturas narrativas*, nível sintático-semântico intermediário, e a das *estruturas discursivas*, mais próximas da manifestação textual (p. 15).

Além disso, no delineamento metodológico, é possível observar dois caminhos para os quais a análise aponta: o primeiro indica o conteúdo apresentado no texto, sem a

necessidade de conexões na tentativa de relacioná-lo com outros aspectos que poderiam vir a fazer sentido. Já o segundo caminho é o da historicidade, que se desvela por meio do dizer e o dito, entre enunciação e enunciado.

Uma vez que a “linguagem pode ser enxergada como instituição social e veículo de ideologias” (FIORIN, 1998, p. 06), descortinam-se novos sentidos e significados particulares a cada grupo social e os discursos que dele precedem. Nessa perspectiva, uma vez que a linguagem é concebida como instrumento de manipulação baseado nas convenções sociais, padronizações e ideologias predominantes nesses grupos, ela irá conceber efeitos de sentido, cada qual, com embasamento que seu prisma formacional prevê. Assim, a semiótica adota a seguinte definição de ideologia, atrelada à sua dimensão discursiva:

A esse conjunto de ideais, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com outros homens é o que comumente se chama ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas de realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é ‘falsa consciência’ (FIORIN, 1998, p. 28).

Destaca-se as representações sociais que surgem a partir de conhecimentos disseminados por meio da linguagem, esta definida como instrumento de manipulação, plataforma de veiculação de ideologias diversas que envolvem uma multiplicidade de valores, ideais, visões de mundo, etc., pautados na maioria das vezes em fundamentos econômicos, religiosos, tradicionais, conservadores e que corroboram para que seja concebida a chamada *falsa consciência* que, conseqüentemente, subdivide a sociedade por classes.

Podemos compreender que essa *falsa consciência* vem da ordem do *parecer*, cria-se um *simulacro* (ideológico) em que valores são empregados e estabelecidos como consciência de todos, quando na verdade trata-se de um jogo em que se misturam o *parecer* e o *ser*. Não se trata de uma consciência de todos, mas da consciência de uma única classe, em geral, segundo a concepção marxista de onde Fiorin retira a expressão “falsa consciência”, que na realidade se refere à consciência da burguesia hegemônica.

A semiótica se utiliza dos recursos e das formas de linguagem e dos discursos a partir dos quais se propõe a analisar para compreender como esse processo de significação se constitui por intermédio da impessoalidade da instância formal da enunciação. Desse modo, a semiótica procura explicar o funcionamento social discursivo por meio da instância mediadora que é a enunciação:

Há sentido ‘já-dado’, depositado na memória cultural, arquivado na língua e nas significações lexicais, fixado nos esquemas discursivos, controlado pelas codificações dos gêneros e das formas de expressão que o enunciador, no momento do exercício individual da fala, convoca, atualiza, reitera, repete ou, ao contrário, revoga, recusa, renova e transforma (BERTRAND, 2003, p. 87).

Conforme afirma Bertrand, a significação tem uma dimensão em que o sentido é quase naturalizado. Assim, quando o sujeito da enunciação mobiliza significações já existentes, ele está apenas reorganizando o que já está dado enquanto constituição da significação em termos culturais e sociais. É nessa linha que observaremos como Alice, na descrição de sua relação com os pais, aceita os sentidos consolidados e pouco reflete acerca deles, mesmo com o sofrimento que diz sentir constantemente. Dessa feita, veremos ainda como ela, a partir de uma reelaboração dos sentidos tradicionais inculcados por seus pais, pode se libertar e constituir-se como sujeito em outros caminhos, a partir da renovação de significações para os quais ela ainda não tinha atinado.

MEDO E INTOLERÂNCIA: A CONSTITUIÇÃO DE PAIXÕES SOCIAIS

No trecho transcrito a seguir, perguntou-se para Alice como foi para ela no início, desde sua infância, passando pela adolescência e até chegar à fase adulta, a lide sobre as questões relacionadas à sua sexualidade. Segue abaixo trecho transcrito de seu depoimento:

Bom na minha infância eu era uma criança muito tímida, meus pais são deficientes auditivos, então eu não sei se possa ter sido isso também né, de viver em um ambiente mais silencioso. Até a adolescência eu era uma criança muito fechada, eu vivia ali em meu mundo sabe. Muito fechada dentro de mim mesma. Ai conforme eu fui crescendo né, no meio dessa época da adolescência, eu sentia que eu tinha atração por pessoas do mesmo sexo que eu, por mulheres. Só que como minha família é muito tradicional, eu tinha medo de tentar entender aquilo, então eu deixava passar (ALICE, 2018).

Quando Alice se define como uma criança tímida, observa-se a formação da oposição no nível fundamental *liberdade versus opressão*. A opressão é identificada em sua fala pela ênfase ao descrever um tipo de personalidade (tímida e fechada). Observamos que o fato de ter crescido em um ambiente silencioso, por si só não justifica sua timidez no período da infância, mas relaciona-se à circunstância de ela ter crescido cercada por sua família imersa em um tradicionalismo cultural, que se perpetuou e afetou-a, impedindo-a de mostrar novos extratos de sua identidade, uma vez que se estabeleciam limites até mesmo sobre a possibilidade de se sentir atraída por pessoas do mesmo sexo, como ela mesma conta.

Ainda sobre a ótica na qual se fundamenta a narrativa de Alice, sua timidez no período de infância não é decorrente ou parte constituinte da sua personalidade, mas ocorre devido à restrição ou à negação do poder-ser,³ pressuposto pela postura enrijecida dos seus pais, no que tange aos aspectos que contradizem seus ideais heteronormativos e culturais por eles interpostos, segundo os relatos da jovem. É importante destacar que os pais de

³ Na perspectiva da semiótica, as modalidades resultam da conversão da categoria tímico-fórica presente no nível fundamental. No nível narrativo, elas interferem nas relações do sujeito com os valores (BARROS, 2001, p. 50).

Alice idealizavam e se identificavam com a postura da filha, até o momento em que ela rompe com os preceitos e normas culturais por eles defendidos. Após esse corte, ela se vê em disjunção com os ideais que os pais lhe transferiram desde sua infância e daí surgem, os desdobramentos e dramas familiares entre eles por não aceitarem a maneira como Alice passa a pensar, sentir, falar e agir em sua adolescência e na fase adulta. Essa falta de reconhecimento por conta da diferença é assim explicada pelo viés da semiótica, enquanto uma possibilidade de significação:

Por um lado, entendemos que um grupo social que goze localmente de uma posição econômica, cultural ou política dominante, e que tenha uma espécie de auto-imagem idealizada, tenda a definir negativamente a alteridade daqueles que ele não reconhece como sendo seus, e isso na proporção daquilo que constitui, de seu ponto de vista, seu grau de não-conformidade em relação à normalidade que ele crê encarnar (LANDOWSKI, 2012, p. 33).

No que compete à estrutura narrativa, que se apresenta no nível intermediário no percurso gerativo do sentido, é possível destacar suas quatro fases de maneira a organizar seu funcionamento e os mecanismos utilizados para conceber o sentido no qual se apresenta no texto analisado, são elas: a *manipulação*, a *competência*, *performance* e a *sanção*. Barros descreve o conceito da *manipulação* como:

Percurso narrativo da manipulação ou percurso narrativo do destinador-manipulador é aquele em que o destinador atribui ao destinatário-sujeito a competência semântica e modal necessárias à ação. Há diferentes modos de manipular, e quatro grandes tipos de figuras de manipulação podem ser citados: a tentação, a intimidação, a provocação e a sedução (BARROS, 1990, p. 87).

Já no que se refere à fase da *competência*, Fiorin (1999, p. 23) destaca que “o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder-fazer. Cada um desses elementos pode aparecer, no nível mais superficial do discurso, sob as mais variadas formas”. Podemos introduzir também o significado de *performance* que, ainda segundo o mesmo autor, “é a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central na narrativa” (p. 23).

Por fim, a *sanção* pode ser caracterizada como a fase em que se legitima a ação do sujeito que realizou sua performance, e subsequentemente ocorrem premiações ou castigos com base nas transformações alcançadas durante o enredo que se apresenta.

Na narrativa de Alice, infere-se que sua timidez, o modo de ser mais retraída, seja decorrência, ainda que de maneira velada e não declaradamente discursivizada pelos seus pais, pela manipulação deles enquanto destinadores que seguem os padrões tradicionais permeados na sociedade em que vivem e que outorgam para a filha desde a sua infância os conhecimentos que a fazem conceber a atitude de não permissividade no tocante ao sentimento e atração por pessoas do mesmo sexo. Definimos, assim, essa ação velada dos

pais de Alice, de manipulação por tentação,⁴ uma vez que deixa subentendida a mensagem preliminar repressiva, porém, de maneira enfática e concreta transferem para a filha valores heteronormativos, suas expectativas e como eles desejam que seja o comportamento, o pensamento e o desejo dela, que, em contrapartida, capta a mensagem repressora dos pais e se nega à permissividade de sentir-se atraída por mulheres.

Landowski (2012) propõe a existência de quatro tipos de *regimes de interação*: *assimilação*, *exclusão*, *admissão* e *segregação*. Em análise do texto acima, podemos dar ênfase no mecanismo da admissão nos utilizando das palavras que o semiótico francês destaca:

começar a admitir que o fato de o Outro ser “diferente” não significa, necessariamente, que o seja no absoluto, mas que sua diferença é função é ponto de vista que se adota, é já criar a possibilidade de outros modos de relação com as figuras singulares que o encarnarão (p. 14).

No que concerne à negação ou ilusão de Alice, esta se deu quando ela identificou em sua singularidade diferenças dos padrões outrora estabelecidos por terceiros. Ela se nega a aceitar o que sente, mergulhando em um regime de exclusão interna, onde exclui todas as prerrogativas desviantes do que é aceito por todos à sua volta. Essa negação em suas falas seguintes tramitará para o regime de admissão, quando Alice passará a aceitar os aspectos de sua constituição identitária, reconhecendo-os como seus, independente de fatores e convenções externas que lhe mostrem o contrário. Como afirma Greimas (2014, p. 117): “O discurso é esse lugar frágil onde se inscrevem e se leem a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo; modos de verificação resultantes da dupla contribuição do enunciador e do enunciatário”.

A exclusão surge em diversos momentos no tratamento desse estrangeiro que se apresenta em esfera social e é excluído, por não cumprir as expectativas e normas sociais que os estatutos heteronormativos preveem.

A alteridade só pode ser pensada como diferença vinda de alhures, e que assume, por natureza, a forma de uma ameaça. Como se vê, a assimilação e a exclusão não passam, em definitivo, das duas faces de uma única e mesma resposta à demanda de reconhecimento do dessemelhante: ‘Tal como se apresenta, você não tem lugar entre nós’ (LANDOWSKI, 2012, p. 10).

⁴ Em semiótica, a tentação refere-se aos modos de manipulação do destinador para o destinatário em uma situação dada, concebendo a ação da competência do destinador manipulador que por possuir o poder (valores positivos) altera a competência do destinatário para um querer-fazer. Ainda em relação ao fenômeno da tentação, diz Fiorin (1999, p. 22): “Quando o manipulador propõe ao manipulado uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo, com finalidade de levá-lo a fazer alguma coisa, dá-se uma tentação”.

O contrato que esse destinador manipulador (pais de Alice) estabelece com a filha permanece em vigor e não é quebrado, pois ela respeita as regras e condições previstas nele: ser boa filha, que segue os valores tradicionais inferidos pelos pais, para manter-se, ainda, ocupando esse lugar da filha que reside com eles. Esse lugar de filha que mora com os pais e sua relação com eles seria o objeto valorativo que Alice intenta preservar no contrato de veridicção e, por isso, se sujeita às inferências que os pais propõem, ainda que estes contraponham sua verdade subjetiva, fazendo-a parecer ser o que na verdade não é. Podemos relacionar esse papel temático de boa filha que reside com os pais, obediente, que se submete aos valores interpostos por eles sem questioná-los, ao quadrado veridictório em que preexistem as relações do ser e do parecer proposto por Greimas (2014, p. 122):

Se a verdade é apenas um efeito de sentido, conclui-se que sua produção consiste no exercício de um fazer particular, um fazer-parecer-verdadeiro, isto é, a construção de um discurso cuja função não é o dizer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro. Esse parecer não visa mais, como no caso da verossimilhança, à adequação ao referente, mas à adesão da parte do destinatário a quem se dirige, e por quem procura ser lido como verdadeiro.

É também possível significar no trecho “fechada dentro de si, no mundo dela”, a restrição da liberdade dela pela modalização do dever-ser ou não-poder-ser, pois se caracteriza por meio da sua fala que, ao viver fechada dentro dela mesma, presa em seu mundo, o da timidez, Alice poderia ser quem realmente era. No entanto, no contato com a alteridade, era necessário podar sua identidade, demonstrar o que Greimas (2014) define como *performance simulada*. Trata-se então do *parecer* tudo bem. Quando Alice, ao buscar se esconder e ficar fechada dentro dela mesma, cria esse simulacro e desenvolve a *performance simulada* para sustentar a imagem que ela acredita ser suficiente para evitar questionamentos e julgamentos dos pais e de terceiros, que pudessem relevar o que acontecia em sua interioridade. Segundo Greimas (2014, p. 66), “a *competência do sujeito* (= sua qualificação) somente pode ser adquirida com a ajuda de uma *performance simulada*. Ora, quando se afirma que ela é simulada subentende-se que ela é realizada para parecer verdadeira, embora ‘na realidade’ não seja”.

O medo descrito anteriormente era constante em Alice desde a sua infância e refere-se à possibilidade da ocorrência do fenômeno da intolerância que poderia surgir por parte de seus pais, por não aceitarem os valores contrários aos que eles representavam e, na posteridade, a intolerância que poderia se apresentar no ambiente escolar, nas relações sociais e no trabalho quando Alice fosse maior.

Barros (2016) conceitua, do ponto de vista da organização narrativa, o que são tais discursos intolerantes que imperam no campo social, quais são suas finalidades e a quem se destinam:

O discurso intolerante é, sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados como maus cumpridores de certos contratos sociais: de branqueamento da sociedade, de pureza da língua, de heterossexualidade, de identidade religiosa e outros. Esses sujeitos

são, portanto, no momento do julgamento, reconhecidos como maus atores sociais, maus cidadãos – pretos ignorantes, maus usuários da língua, índios bárbaros, judeus perigosos, árabes fanáticos, homossexuais promíscuos – e punidos com a perda de direitos, de emprego ou, até mesmo, com a morte (2016, p. 8).

Nesse sentido, se dividem em duas fases a intolerância: a primeira em que surge o preconceito em que tais paixões malevolentes são despertadas no contato com o diferente; na fase seguinte, aparece a intolerância propriamente dita, em que ocorre a ação desse sujeito intolerante contra o outro, em que ele passa a cometer ações apaixonadas de vingança e revolta na tentativa de destruir o dessemelhante e daquele que ele considera que não foi um bom cumpridor do contrato fiduciário anteriormente estabelecido em bases sociais. As paixões do medo concebem, assim, as paixões do ódio, se fundem com as outras e aumentam a intensidade de ações intolerantes.

Reiterando o que já foi mencionado em relação ao medo e à vergonha que Alice sentia de sua família, que negava sua possibilidade de existir (tal como ela era) com o não-dever-fazer e o não-dever-ser, quando pensava consigo mesma: não-devo me permitir sentir atração por pessoas do mesmo sexo e pela repressão dos desejos incipientes que surgiam e que fogem da padronização instaurada. Faz-se pertinente trazer à tona os apontamentos propostos por Fiorin (1992) em seu trabalho sobre o medo e a vergonha:

Se o sujeito agir em não conformidade com o dever fazer poderá ser punido. O medo é também uma paixão da ordem do saber, mas, ao contrário da vergonha que concerne ao saber que outro sabe, ele refere-se ao saber que o outro pode fazer, sendo o fazer uma conjunção com algo disfórico. [...] a definição do lexema medo dada pelo Petit Robert: fenômeno psicológico com caráter afetivo marcado que acompanha a tomada de consciência de um perigo real ou imaginário, uma ameaça (p. 57).

Nesse caso o sentimento ou paixão experienciada por Alice em relação aos seus pais, o medo do que eles poderiam fazer ao descobrirem que ela se sente atraída por outras mulheres, esse fazer (dos pais) poderia ser: expulsá-la de casa, fazê-la reprimir o que sente, obrigá-la a se submeter à cura gay,⁵ entre outras possibilidades de sanções negativas. Essa conjunção dos pais de Alice com o fator disfórico, a descoberta da orientação sexual da filha, sublinha que a disforia seja justificada pela não aceitação dos pais ao estilo de vida que contrapõe a heterossexualidade que eles defendem tradicionalmente. Em suma, o medo

⁵ Projeto de Cura gay: Projeto de lei complementar 234/2011 de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO), que tramitava na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP). Esse projeto em um dos seus eixos suspendia a proibição de oferecimento de atendimento de psicólogos a homossexuais e para que falassem publicamente em nome da Psicologia, associando homossexualidade a doença. O projeto foi arquivado em decorrência das repercussões e manifestações sociais que contrapunham tal diretiva (MARTINS *et al.*, 2014, p. 163).

que a depoente sente se dá pela maneira como os pais a criaram. Por isso, ela consegue imaginar e detectar o perigo a espreita caso assuma sua verdadeira orientação sexual, até o momento escondida dos seus pais.

Nesse sentido, o medo de Alice corroborava para a adoção de uma postura coercitiva, na qual, mesmo com ela não se sentindo bem em seguir e obedecer aos padrões heteronormativos. Conforme afirma Fiorin (1992, p. 57): “O medo derivado da possibilidade de uma sanção pragmática negativa (medo dissuasório) leva a agir de acordo com uma dada norma social”.

Em decorrência do medo que Alice sentia, manifesta-se sua vergonha pela não conformidade com os preceitos que o grupo social do qual ela fazia parte e estava inserida compartilhavam. Assim, com o medo da sanção negativa dos pais e o medo da reprovação que lhe causaria vergonha, ela se mantinha fechada em si mesma, evidenciando a *opressão* apontada como categoria semântica contrária a *liberdade* apresentada no início do percurso analítico.

Estabelece-se um simulacro (conjunto de modalidade e de papéis actanciais e temáticos) do que deve ser um membro de um dado grupo social e agir em relação de não conformidade com ele é motivo de vergonha ou de medo. [...] se o sujeito agir em não conformidade com essa modalidade deôntica receberá, no caso da vergonha, uma sanção cognitiva negativa, a reprovação própria ou alheia, segundo o destinador da sanção esteja ou não em sincretismo com o sujeito do fazer. Essa reprovação gera vergonha (FIORIN, 1992, p. 56-57).

Durante a adolescência de Alice, ela afirma que conheceu um rapaz e “achava que gostava dele”. Enfatiza que “achava que o amava”. Sua afirmação nesse momento prevê uma mudança subjacente, pois, em seguida, ao declarar que viveu um relacionamento abusivo, mostra que não se tratava de gostar ou amar, mas buscava por meio de sua relação com ele assumir e manter sua condição heterossexual e ser aceita por todos sem quaisquer tipos de julgamentos, pois respeitava as imposições e o tradicionalismo difundido por seus pais e pelos demais membros da sua família. Butler (2017) define que a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017, p. 67).

A sanção negativa dos pais e demais sujeitos que se vinculavam com Alice constituem o que Butler define como *práticas reguladoras*, uma vez que buscavam padronizar o comportamento e até mesmo o modo de ser e de se vincular com o outro jovem. No trecho “achava que gostava dele” e “achava que o amava”, entende-se que esse “achava” se relaciona com o fazer interpretativo que conduziu Alice ao ato epistêmico que posteriormente se desvela como autoengano. O *fazer persuasivo* derivado da posição diretiva de seus pais a fez conceber o *fazer interpretativo* baseado em formulações que não eram dela mesma. Assim, nesse momento, tratava-se apenas de uma transferência do saber dos seus pais que corroborou para o *fazer interpretativo* que se modificou em Alice, no mesmo esquema apontado por

Greimas (2014, p. 127): “O /fazer-saber/ que presidia a comunicação se tornava, então, um fazer persuasivo ao qual correspondia, no outro extremo da cadeia, um fazer interpretativo oposto”.

Subsequentemente, emerge no discurso de Alice um *crer* que precede o *saber*, pois ela, por intermédio de um *fazer interpretativo* baseado não mais no fazer persuasivo de seus pais, mas sim em si mesma, pode constatar que se sentia atraída por pessoas de ambos os sexos. Nas duas situações dispostas, Alice recebe sanções. Na primeira, quando relata que experienciou um quadro depressivo, ocorreu a *sanção negativa* em decorrência do cumprimento ao contrato fiduciário proposto por seus pais, no qual as regras eram contraditórias com o que Alice sentia e acreditava. Na situação posterior, quando ela conta que, após o início do tratamento psicológico, rompe com o contrato proposto por seus pais, Alice pode contemplar a *sanção positiva*, se livrando do relacionamento abusivo e (re)descobrimo novas faces de sua identidade e orientação sexual.

Em suma, ocorreram três processos: em princípio um *fazer-crer* direcionado pelos pais de Alice, com base nos fundamentos de seus estatutos tradicionais que no primeiro momento a manipularam em suas atitudes e que a levaram a se relacionar e a se casar com um homem, certa de que era uma mulher heterossexual. No segundo momento, descortina-se um *crer* que se fundamenta na experiência por ela mesma vivida e ratifica o seu *saber-ser* antes sentido, mas negado por ela mesma e, por fim, o *crer-ser* uma mulher bissexual.

DISCURSOS DE (RE)DESCOBERTAS

No passado, Alice seguia aos padrões estabelecidos por seu grupo primário, que era a sua família, em seguida, experienciava situações nas quais, inserida em grupos sociais, estes também definiam normas que deviam ser seguidas por ela e pelos demais. Ao longo da fala de Alice, foi possível identificar mudanças gradativas em seu modo de existir e de se apresentar ao outro. Esse movimento fica claro no excerto a seguir:

E foi um momento muito interessante, porque aí eu passei a me dar mais liberdade para me conhecer. E nesse tempo eu cheguei a me envolver com mulheres, cheguei a ter um namoro com uma pessoa, que hoje é uma grande amiga, e, durante esse tempo eu acreditei, eu achava que eu só gostava de mulheres. Tipo quando eu era mais nova, eu achava que eu só gostava de homens, aí depois que eu me libertei desse relacionamento, eu só achava que só gostava de mulheres, e, não era isso. Depois que eu saí desse relacionamento é que eu fui tentando refletir sobre mim mesma, eu fui percebendo que fui traumatizada, que eu tinha um trauma, por ter passado por um relacionamento que me fez mal, então foi que eu descobri que não é a questão da pessoa ser uma mulher ou ser um homem. Eu sempre me senti encantada pelo que a pessoa é assim, pela essência dela, a forma como ela enxerga a vida, é pelo que ela é por dentro, não pelo que ela é fisicamente. Tanto que hoje eu estou com uma pessoa que me faz bem, é um homem, mas é um relacionamento em que eu me sinto muito feliz (ALICE, 2018).

O fragmento da fala de Alice retoma a categoria semântica fundamental *liberdade versus opressão*. A *liberdade* é expressada por Alice logo no início do trecho, quando ela afirma: “passei a me dar mais liberdade para me conhecer”. No entanto, quando ela destaca que antes pensava que só gostava de meninos (por força da *manipulação por intimidação* de seus pais), evidencia-se a *restrição* quando enfatiza “quando eu era mais nova, eu achava que eu só gostava de homens, aí depois que eu me libertei desse relacionamento, eu só achava que só gostava de mulheres”, nunca com os dois. Ao passo que esse trecho demonstra que, ao experienciar a liberdade da possibilidade em se relacionar com mulheres, Alice paradoxalmente vivencia a restrição de se relacionar somente com mulheres.

Presentificam-se no nível narrativo do texto analisado as funções juntivas e de transformação nas duas formas do enunciado elementar. No *enunciado de estado*, o sujeito Alice está em *conjunção* com os *objetos* que deseja conjungir, ou seja, ter a liberdade de poder se relacionar com mulheres. No *enunciado do fazer*, ocorre a *transformação* desse estado: o sujeito Alice entra em *disjunção* com os *objetos* conquistados (o namoro com uma mulher) e, durante seu percurso, descobre suas verdades. Primeiro, a de que havia sofrido um trauma no relacionamento anterior e, posteriormente, que (re)descobre sua atração por pessoas, independente do sexo biológico.

O enunciado elementar da sintaxe narrativa caracteriza-se pela relação de transitividade entre dois Actantes, o *sujeito e o objeto*. A relação define os Actantes; a relação transitiva entre sujeito e o objeto dá-lhes existência, ou seja, o sujeito é o actante que se relaciona transitivamente com o objeto, o objeto aquele que mantém laços com o sujeito. Há duas diferentes relações ou funções transitivas, a *junção* e a *transformação* e, portanto, duas formas de enunciado elementar, que, no texto, estabelecem a distinção entre estado e transformação (BARROS, 1990, p. 17).

A despeito das *modalidades virtualizantes*, destacam-se, no excerto analisado, o *dever-fazer*, quando Alice acreditava que deveria se envolver antes apenas com meninos e, em seguida, apenas com meninas, e o *querer-fazer*, quando ela passa a se conhecer melhor e, anterior à relação que tivera com uma menina, desejava tê-la. Na *modalidade atualizante*, o *saber-fazer* é desvelado após o encontro de Alice consigo mesma, quando identifica seu trauma devido ao relacionamento que viveu anteriormente e, assim, adquire a consciência de que se sente atraída por pessoas. O *poder-fazer* concebe-se quando, ao tomar ciência de sua condição, ela se permite ingressar em um novo relacionamento afetivo, dessa vez com um homem.

Ao assumir seu relacionamento atual, Alice diz: “é um homem, mas é um relacionamento em que eu me sinto muito feliz”. Quando ela se utiliza da adversativa (mas), é possível que haja um significado não manifesto, talvez ligado ao trauma vivido no passado em seu relacionamento abusivo ou também pode estar relacionado à maneira como ela concebe a imagem masculina (“machista abusivo”) que, mesmo tendo se desprendido da relação do passado, ainda pode imperar em seu imaginário.

Os temas que surgem na fala de Alice são:

- a) o autoconhecimento propiciado pela liberdade de voltar o olhar para si mesma;
- b) a relação e contato com o outro ao se libertar dos dogmas do passado e se permitir conhecer novas pessoas;
- c) a crise identitária após identificar que não havia uma padronização sobre gostar apenas de homens ou de mulheres;
- d) o trauma devido à vivência em um relacionamento abusivo no passado, o que desencadeou repulsa, medo e afastamento da possibilidade de novos envolvimento no futuro com homens;
- e) o sentido e significado pessoal que Alice tem sobre o amor, as maneiras de amar e conceber as relações afetivas com o outro.

A produção do sentido, no discurso de Alice, se dá pela observância dos fragmentos particulares a ela constituintes do plano do conteúdo. Desta forma, podemos dizer que o sentido por ela elucidado tem por excelência a sua busca em explorar novos caminhos e se permitir conhecer outras facetas de sua identidade, quando infere seu significado particular para/nas relações com o outro: “eu sempre me senti encantada pelo que a pessoa é, assim, pela essência dela, a forma como ela enxerga a vida, é pelo que ela é por dentro, não pelo que ela é fisicamente”. Nesse trecho, podemos destacar novamente o jogo entre *parecer* e *ser*.

A depoente se utiliza de suas experiências últimas para (re)significar a sua existência e encontrar seu lugar nas relações com o outro. É possível então deflagrar a unicidade do prisma de Alice em relação ao mundo à sua volta quando analisadas as informações discursivizadas no plano do conteúdo, em que ela expõe elementos da sua subjetividade.

No trecho seguinte, Alice ressalta como ela se define, como se enxerga e se concebe atualmente e destaca como foi seu percurso até conseguir chegar a essa conclusão:

Hoje eu posso dizer que eu me conheço muito bem, sou a Alice, sou uma mulher, me sinto bem como uma mulher, e sou uma pessoa que gosta de pessoas, seja homem ou seja mulher. Eu acho que o que tem que predominar é o sentimento assim e é meio difícil hoje, né? Eu acredito que hoje o amor é um ato, você gostar de uma pessoa do mesmo sexo é um ato político. Hoje eu compreendo que eu sou uma mulher cis, bissexual, eu me sinto atraída tanto por homem, tanto por mulher. Só que isso foi um processo, eu tive que passar por várias coisas, para poder chegar a essa conclusão. Então eu acredito que a vida é isso, a gente passa por várias etapas assim, de aprendizados, eu acho que o tempo inteiro a gente está se conhecendo, sabe? (ALICE, 2018).

O trecho “você gostar de uma pessoa do mesmo sexo é um ato político” explicita como se dá a dimensão política do gênero. Em primeiro lugar, se faz necessário um recorte sobre o tipo de gênero do qual estamos falando, pois esse poderia abarcar aspectos socioeconômicos, raciais, entre outros. O objeto desta pesquisa se refere exclusivamente ao gênero tratado e entendido como “organização social da diferença sexual” proposto por Scott (apud FARAH, 2004). Contextualizando o início dos estudos sobre gênero, estes

datam da década de 1970, com o advento dos movimentos feministas que contribuíram significativamente para o surgimento desse campo de estudo (ênfase nas mulheres e sua representatividade) nas universidades e centros de pesquisas. O descompasso presente nas relações de poder entre homem e mulher demarcava a assimetria na sociedade, objeto do qual as mulheres buscavam e buscam o reconhecimento de direitos e mudança/quebra de paradigmas até os dias atuais.

Sob impacto desses movimentos, na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. Tal é o caso da criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Essas instituições se disseminaram a seguir por todo o país. Ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça (FARAH, 2004, p. 51).

Subsequentemente a esse período inicial de inserção de gênero na dimensão política, surgiram avanços e retrocessos em relação aos direitos não somente das mulheres, mas também da comunidade LGBTQTTI+ que, em conjunto com os movimentos feministas, une forças em busca de visibilidade e na luta contra as intolerâncias e preconceitos vividos até aquele momento. Em análise do contexto acima e o contexto no qual a depoente Alice está inserida, apontam-se algumas semelhanças entre eles: a iconização⁶ da representatividade da mulher como inferior e que deve se sujeitar aos padrões estabelecidos por terceiros sem questionamentos ou posicionamentos críticos (na fala de Alice, ela se sujeita por medo ao tradicionalismo dos pais); ao predomínio de uma figura detentora do poder que manipula e sanciona negativa e positivamente aqueles que seguem as normas estabelecidas pelo poderio e os regimes de interações excludentes e segregadoras que permeiam a sociedade em que se vive.

Em relação à categoria semântica percebida na narrativa analisada, temos novamente a *liberdade* versus *opressão*, pois, uma vez que Alice afirma o conhecimento de si mesma, se apresenta novamente, utilizando-se do seu nome, “Alice”, se define como “mulher” e conclui que se considera “uma mulher cisgênero, bissexual e que se sente atraída tanto por homens quanto por mulheres”. Demonstra, assim, uma *liberdade* antes não experienciada, quando analisados e comparados seus relatos que sinalizavam a opressão por ela vivenciada durante seu percurso de vida.

Novamente aparece o papel temático de Alice, agora reformulado, quando ela se define como “cis gênero”, pois se trata da identificação e reconhecimento que condiz com seu sexo biológico, o feminino, e os valores subjacentes a ele. Nasceu mulher e se identifica como mulher. Simone de Beauvoir destaca:

⁶ Iconização é o investimento figurativo exaustivo da última fase do procedimento de figurativização, com o objetivo de produzir ilusão de referencial ou de realidade (BARROS, 1990, p. 87).

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma como a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e castrado, que qualificam de feminino [...] entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que aprendem o universo (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Nesse sentido, podemos relacionar a fala da autora com o que Alice destaca sobre ser mulher, pois, ao longo de um processo, no qual, por meio de vivências e experiências consigo mesma e com os antissujeitos: família, escola, amigos, ex-namorado, ex-namorada, Alice passou a se identificar e a se conceber como mulher.

A sanção que se apresenta nessa parte do discurso de Alice se mostra positiva (recompensa), pois, após se abdicar dos valores transferidos por seus pais, ela passa a ser dona de si, se (re)descobre como mulher, cis, bissexual e independente, alcançando sua tão almejada *liberdade*, depois de romper com o contrato de fidúcia imposto por seus pais anteriormente e que a colocava no eixo da *opressão*.

Nos relatos anteriores, a sanção que Alice sofria era negativa (castigo), pois, após obedecer e cumprir o contrato previsto por seus pais, ela abria mão de seu modo de ser, sentir e existir, além de sua liberdade. Antes vivia sob os valores da *opressão* que refletiam a impossibilidade de manifestar seu sentimento de atração por mulheres. A transformação em sua narrativa mostra que ela pode, então, vivenciar plenamente seu desejo sem reprimir-se.

A retomada da apresentação que Alice faz de si mesma aponta para a sua convicção de um saber-ser, que se institui por meio do reconhecimento de sua identidade de gênero, sua orientação sexual e como ela lida com tudo isso. As categorias de contrariedade seriam *não assunção de seu nome (disfórica)* versus *individualidade (enfórica)*. E estaria entre o *individual* e o *coletivo*, no *não individual*, a um passo do *coletivo*.

Nesse sentido, a atitude de Alice provoca o rompimento com os paradigmas adotados pelos seus pais anteriormente, que se fundamentavam no tradicionalismo que extingue e abomina as práticas ditas como desviantes, como nos casos de relações com pessoas do mesmo sexo e/ou a diversidade de gênero que existe no campo social. Mostrando-se a um passo da diluição do coletivo, ou seja, de uma postura política, segundo a perspectiva proposta por Butler na conformação dos gêneros:

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’. Nesse contexto, ‘decorrer’ seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade (BUTLER, 2017, p. 44).

A competência do saber e/ou *poder-fazer* se manifesta no discurso de Alice quando ela se reconhece e se define como mulher, cisgênero e bissexual, e confessa que, para chegar a essa conclusão, foi um longo e árduo processo. Em contrapartida, revela-se na fase da performance ou da mudança do estado, antes (*não assunção do seu nome*) desconhecendo sua real identidade, e no presente, destacando o seu nome, sua liberdade de poder ser como se define (individualidade).⁷ Landowski (2012) aponta a existência de dois tipos de conceber o si mesmo, duas maneiras distintas de identidade:

ou o grupo de referência se considera a si próprio como uma totalidade já construída cujo único fim é perseverar tal qual no seu ser, e ele se esforçará, nesse caso, em neutralizar, por uma série de *transformações estacionárias*, as pressões externas ou mesmo internas, que poderiam ter por efeito alterar o que ele pensa ser por essência. Ou, ao contrário, o grupo admite que sua identidade só se constrói graças a uma série aberta de *transformações dinâmicas* que, mudando-o, tornam por si só possível o estabelecimento, sempre provisório, de uma relação justa com o Outro. Seja que ele tenha que reconhecer, presente no fundo de si mesmo, uma parcela de Alteridade, seja que ele descubra que, em parte, sua própria Identidade lhe vem do Outro, o sujeito, em semelhante caso, nunca *é* ele mesmo, mas *torna-se* ele – desde que aceite mudar (LANDOWSKI, 2012, p. 27).

A demarcação do segundo tipo de Identidade proposta por Landowski, que se depreende a partir da interação entre Identidade e Alteridade, se presentifica na fala de Alice durante todo o seu processo de autoaceitação e reconstrução identitária, quando, por fim, ela começa a enxergar novas possibilidades e maneiras de existir, sem restrições que delimitem sua forma de ser no mundo.

Assumindo sua singularidade enquanto sujeito de si mesmo, Alice, em seu discurso, notabiliza o empoderamento de *poder-ser*, sem medos e inseguranças, legitima a resistência em não se permitir ser colocada em uma categoria de segregação ou exclusão, pelo contrário, esta busca por meio da sua afirmativa ratifica sua existência e a liberdade de expressão enquanto sujeito em construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, merece destaque a ênfase em investigações e discussões sobre os temas identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que demandam a necessidade de maiores estudos que contemplem e aprofundem essa esfera do conhecimento.

O presente trabalho apresentou um recorte, cujos desdobramentos de sentidos que se dão na vida de uma pessoa, pelo fato de não corresponder às expectativas sociais de

⁷ Na fase da competência, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou pode fazer (FIORIN, 1999, p. 23). A performance é a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa (p. 23).

padrões estabelecidos e esperados que partem do preconceito instaurado em diversos espaços nos quais o sujeito está inserido, seja em casa, no trabalho, na escola, na universidade e como ocorrem essas manifestações em alguns lugares, de maneira mais sutil e velada, e em outros de modo mais coercitivo e excludente.

Os fenômenos do medo e da intolerância aparecem em alguns momentos no discurso analisado. O medo se revela, a princípio, acompanhado da modalidade do fazer, referindo-se a um medo do outro e do que ele pode realizar. Tratamos o outro mais especificamente como aquele que não segue aos padrões convencionais estabelecidos na sociedade atual. Por fim, trata-se, após a assunção da identidade em suas diversas facetas por parte da depoente, do medo da sanção negativa que pode surgir em decorrência do não cumprimento dos estatutos heteronormativos que concebem aqueles que se contrapõem essa prática como desviantes da norma, que podem gerar atitudes violentas de intolerância e discriminação.

No que concerne à intolerância presente em alguns momentos da fala e na análise do depoimento retratado, é possível destacar a necessidade de cuidado e acolhimento dessa população que vive até os dias atuais segregada, machucada, com medo e excluída, em que, em grande parte por não encontrarem outra saída, se enveredam pelo caminho da marginalidade ou prostituição, sem contar os casos mais graves em que ocorrem mortes decorrentes de suicídios ou homicídios da população LGBTQI+ que, por forças opressivas e repressivas maiores, não deram conta de permanecer nesse mundo resistindo.

Vale mencionar, por fim, a transformação na identidade de Alice como também daqueles que durante algum momento ou em grande parte de suas vidas viveram silenciados, por diversos fatores que os impossibilitavam de exercer a liberdade identitária, onde percorreram sob dois polos, passando de alguém oprimido para um sujeito em conjunção com a liberdade.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 58, n.1, p. 7-24, 2016.

BARROS, D. L. P. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2001.

BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. v. 2. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.

- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- DISCINI, N. *Corpo e estilo*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.
- FIORIN, J. L. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. *Cruzeiro Semiótico*, n. 16, p. 55-63, 1992.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.
- FIORIN, J. L. Semiótica e história. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Linguagens em Diálogo*, v. 42, p. 15-34, 2011.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.
- LANDOWSKI, E. *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2012.